

As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional

Nilton Marques Oliveira

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Moacir Piffer

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Udo Strassburg

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Recebido: 25/07/2016 Versão revisada (entregue): 11/08/2017 Aprovado: 30/01/2018

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as percepções dos atores-chave (*Stakeholders*) sobre o processo de criação e emancipação do território do estado do Tocantins. Na análise efetuada utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As vozes do discurso do sujeito coletivo (DSC) foram as dos representantes das instituições e organizações sociais, econômicas e políticas do Tocantins. As entrevistas ocorreram entre janeiro e março de 2015. O aporte teórico se sustenta nos conceitos de território e desenvolvimento regional. Os principais resultados da pesquisa sugerem que o mais novo estado da federação, Tocantins, passou por um longo processo de separação entre o sul e o norte de Goiás. Os investimentos em infraestrutura básica, como a Rodovia Belém-Brasília (BR-153), a Ferrovia Norte-Sul, uma hidroelétrica e a construção da capital, Palmas, possibilitaram a geração de novos postos de trabalho. Cabe destacar que a maioria dos municípios tem sua base produtiva apoiada na economia de subsistência e baixo poder de consumo.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; Discurso do Sujeito Coletivo; território; Tocantins.

Código JEL | H54; O39; O39; R53.

THE CLAIMS OF TOCANTINS TERRITORY IN THE REGIONAL DEVELOPMENT PROCESS

Abstract

This paper aims to analyze the perceptions of key stakeholders about the processes on creation and emancipation of the Tocantins State territory, Brazil. The analysis was carried out using the Collective Subject Discourse Methodology (CSD). The claims of the Collective Subject Discourse (CSD) are characterized by the representatives of the institutions and social, economical, and political organizations of Tocantins State. The interview period was during

january to march 2015. The theoretical framework is based on the concepts of territory and regional development. The main results of the survey suggest that the newest state of the federation, Tocantins, underwent a long separation process concerning the south and the north of Goiás State. Investments in basic infrastructure such as Belém-Brasília highway (BR-153), Hydroelectric Power Plant & North-South Railway, construction of Palmas, the capital city, enabled the generation of new job positions. It is noteworthy that most of the municipalities have their production base in the subsistence economy and little power for consumption.

Keywords | Collective Subject Discourse Methodology; territory; Tocantins; regional development.

JEL-Code | H54; O39; O39; R53.

LAS VOCES DEL TERRITORIO DE TOCANTINS EN EL PROCESO DE DESARROLLO REGIONAL

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las percepciones de los actores claves (*Stakeholders*) sobre el proceso de creación y emancipación del territorio de la provincia de Tocantins. El análisis utilizó la técnica del Discurso del Sujeto Colectivo (DSC). Las voces del discurso del sujeto colectivo (DSC) fueron las de los representantes de las instituciones y organizaciones sociales, económicas y políticas de Tocantins. El periodo de las entrevistas ocurrió entre enero y marzo de 2015. El aporte teórico se sustenta en los conceptos de territorio y desarrollo regional. Los principales resultados de la investigación sugieren que la más nueva provincia de la federación, Tocantins, pasó por un largo proceso de separación entre el sur y el norte de Goiás. Las inversiones en infraestructura básica como: Rodovia Belém-Brasília (BR-153), la Ferrovia Norte-Sul Hidroelétrica y la construcción de la capital, Palmas, posibilitaron la generación de nuevos puestos de trabajo. Se destaca que la mayoría de los ayuntamientos tiene su base productiva en la economía de subsistencia y poco poder de consumo.

Palabras-clave | Discurso del Sujeto Colectivo; desarrollo regional; territorio; Tocantins.

Código JEL | H54; O39; O39; R53.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as percepções dos atores-chave (*stakeholders*) relacionadas a divisão territorial do norte de Goiás e ao processo de desenvolvimento regional do Tocantins.

Sendo que o desenvolvimento regional compreende uma amplitude de fatores, além do social, econômico e político no interior de uma região, compondo a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações, tais fatores, quando bem empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais.

Tendo como enfoque o desenvolvimento regional do Tocantins, em uma vertente institucional, esta pesquisa aborda também o conceito de território. Segundo Haesbaert (2009), o território surge como o espaço concreto, com seus atributos naturais e socialmente construídos, apropriado e ocupado por um grupo social. O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder; ele vai além da abordagem política e congrega aspectos culturais dos múltiplos territórios, os quais incluem atores sociais, políticos e econômicos.

O processo de separação entre o sul e o norte de Goiás é antigo e remonta ao período colonial, marcado pela luta política em defesa de um ideal de desenvolvimento. Todo esse esforço separatista acabou concretizando-se na Assembleia Constituinte de 1988, cujo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal criou o Estado do Tocantins, desmembrando do Estado de Goiás. O novo Estado passou a integrar a Região Norte, fazendo parte da Amazônia Legal¹.

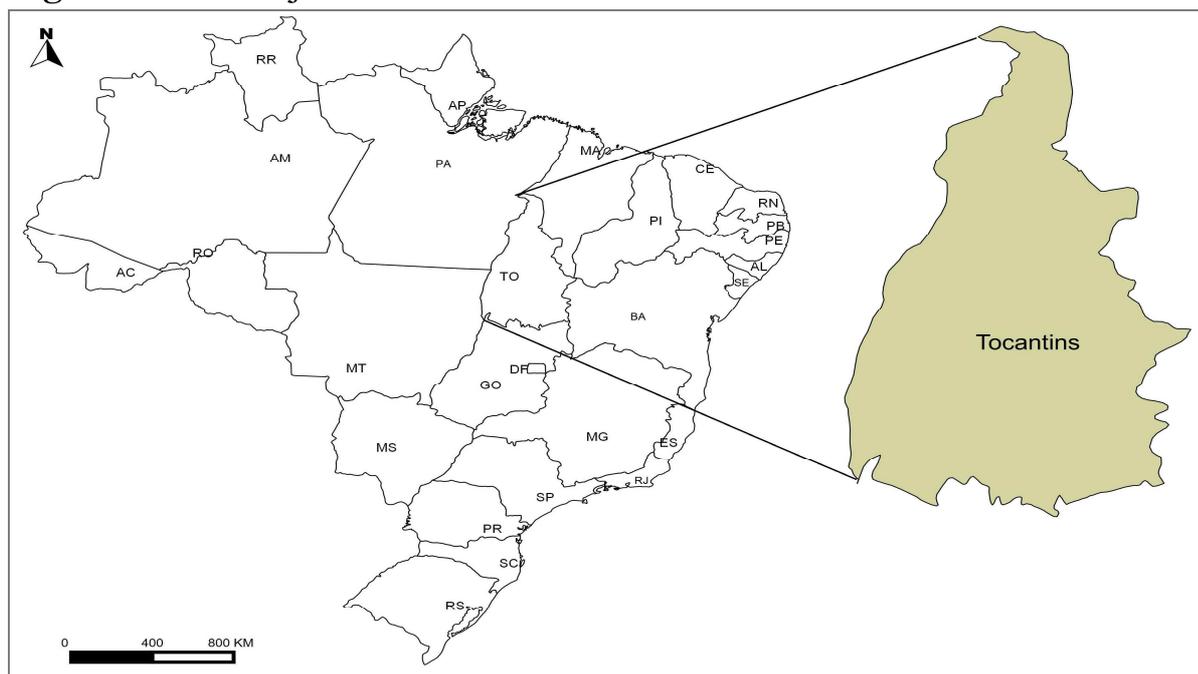
Segundo Oliveira (2009), analisando a história da divisão de Goiás da qual resultou a fundação do Tocantins, encontra-se uma diversidade que vai do interesse de grupos políticos do norte de Goiás não hegemônicos na política goiana aos grupos econômicos interessados em ocupar os espaços vazios da região e grupos separatistas históricos.

O Estado do Tocantins possui uma área de 277.620,9 Km², participa com 7% em relação à área da região Norte (3.869.637) e 3,3% do território nacional, sendo Palmas a capital do estado. Limita-se ao norte com os estados do Maranhão e do Pará; ao sul com o estado de Goiás; ao leste com os estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia; e ao oeste com os estados do Pará e do Mato Grosso. Em território tocantinense as distâncias máximas são de 899,5 km na direção norte-sul e entre os pontos extremos leste-oeste são 615,4 km. Subdivide-se o estado em 139 municípios (IBGE, 2010). Foi criado em 5 de outubro de 1988, considerando as duas mesorregiões Ocidental e Oriental e as oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional, conforme a divisão do estado adotada pelo IBGE (2010).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), Tocantins possui uma população de 1.383,3 mil habitantes, o que representa 0,73% de população do país e 8,82% da população da região Norte. A densidade demográfica é de 4,98 hab./km² e a composição demográfica é de 79% urbana e 21% rural. A Figura 1 representa a localização do estado no Brasil.

¹ A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão). Apesar do Tocantins estar geograficamente na região Norte, a capacidade de angariar recursos para o Estado se torna bem maior por ele estar inserido na Amazônia Legal.

Figura 1 Localização do Estado do Tocantins



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Poucas transformações socioeconômicas ocorreram na década de 1990, pois o Estado do Tocantins ainda estava consolidando os investimentos em infraestrutura básica, tanto na recém-inaugurada capital, Palmas, onde estão localizados os poderes executivo, judiciário e legislativo, quanto no restante do estado. A cidade de Palmas é caracterizada pelo seu planejamento, foi criada quase na mesma configuração de Brasília, com preservação de áreas ambientais, praças, hospitais e escolas. É, também, a última cidade do século XX completamente planejada, sendo a mais nova capital estadual do país (OLIVEIRA, 2009).

Isto posto, este artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução. Na segunda parte apresenta-se o conceito de Território e de Desenvolvimento Regional, a seguir os procedimentos metodológicos, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Na quarta parte faz-se a análise e discussão dos principais resultados da pesquisa; por fim, apresentam-se as considerações finais.

Território: diferentes abordagens

O objetivo desta seção é expor o que alguns autores escreveram sobre território. Dada a complexidade de análise sobre a definição de território, será dada maior ênfase aos autores que discutem o território como forma de poder, pertencimento, forma simbólica, conflitos, processo de acumulação de capital.

Os autores aqui tratados seguem uma linha transdisciplinar, ou seja, diferentes áreas de conhecimento (economia, sociologia, geografia, entre outros), com o propósito de estabelecer o diálogo necessário para apreender como se deu a divisão territorial no norte de Goiás (Tocantins), criado ao abrigo da Constituição de 1988, exemplificando um processo de territorialidade ocorrido no Brasil.

Originalmente, o conceito de território teve como objeto de estudos as áreas da Biologia, Botânica e Zoologia. Assim sendo, mesmo no contexto do reino vegetal ou animal, não há território sem Poder; o território pertence ao mais forte que se impõe ao mais fraco. Nas ciências sociais, a discussão sobre território vem sendo muito estudada, desde o século XIX, por Ratzel (1990), muito preocupado com a função do Estado no controle do território. Daí a concepção do Estado como organismo vivo, dotado de vida própria e que se move de acordo com as necessidades biológicas, dentre elas a da sobrevivência e a expansão (ANDRADE, 1995; COSTA, 1989).

Para construção da definição de território, é necessário recorrer à origem etimológica do termo, que deriva do latim *terra* e *torium*, com significado de terra pertencente a alguém. No entanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Vinculado ao conceito da Geografia política, o conceito de território pode assumir uma dimensão afetiva, segundo a renda, a raça, a religião, o sexo e a idade. Para Haesbaert (2009), Bourdieu (1989); Sposito (2000), os conceitos de território vinculam-se aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares.

Produzindo a ideia de pertencimento, ou seja, produzindo a territorialidade que se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência no território. O território, visto assim, refere-se a um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais com sua prática de territorialidade ou o campo de força exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes.

Segundo Sposito (2004), na Geografia há várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. Não é intenção detalhar cada uma delas. O enfoque que Sposito (2000, 2004) dá sobre o conceito de território diz respeito à territorialidade e sua apreensão, mesmo que sua abordagem carregue forte conotação cultural. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar.

Seguindo o pensamento de Sposito (2004), o território deve ser analisado levando-se em consideração quatro concepções: a primeira é a naturalista, a segunda é mais voltada para o indivíduo e a terceira é quando se identifica outra abordagem de território, em que esse é confundido com espaço, e a quarta é aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe a natureza.

Para Raffestin (1993), a ação das pessoas ou grupos, no exercício do poder, pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. “Isto conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constitui de algum modo o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Seguindo o pensamento de Raffestin (1993), o Estado Federativo está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. Aprende-se, assim, como a divisão do norte de Goiás (Tocantins) foi constituída como expansão de ocupação de novas fronteiras agrícolas, na construção de novas rodovias, hidrelétricas, ferrovias e na reprodução e ampliação do capital, bem como no interesse das populações locais no seu desejo de emancipação política.

Procurando incorporar as ideias dos autores até aqui citados, ressalta-se que, segundo Sposito (2000, 2004), Saquet (2007) e Haesbaert (2004), o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando analisado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, isto é, pelas diferentes maneiras que a sociedade utiliza para apropriar-se e transformar a natureza.

Enfim, território é forma de pertencer ao local com suas tradições, crenças, valores morais e espirituais, onde as relações sociais e econômicas se inter-relacionam. Pode-se instalar no território um campo de força, uma luta pelo poder sobre os demais. A seguir apresenta-se o conceito de Desenvolvimento Regional.

O processo de desenvolvimento regional

Esta seção tem por objetivo descrever e analisar as diferentes abordagens sobre o conceito e a problemática de definir o conceito de desenvolvimento regional. Há de se considerar que os estudos sobre o desenvolvimento regional devem ser analisados sob múltiplos olhares, como, por exemplo, quando se procuram compreender as relações entre espaços geograficamente definidos, atividades econômicas e fenômenos sociais, buscando interpretar as desigualdades entre regiões próximas, bem como as periféricas.

Segundo Lopes (1984), o interesse pelo desenvolvimento regional por meio do estudo da organização da sociedade em termos espaciais data de muito longe², embora nem todos os economistas lhes tenham atribuído a relevância merecida. Os estudos sistemáticos de base regional tiveram mais destaque no pós-guerra

² Um precursor muito esquecido, segundo Lopes (1984), foi Cantillon.

(1950). O debate nesse momento não se centrava mais no crescimento econômico, no PIB per capita, e sim se voltava para um novo paradigma de qualidade de vida e bem-estar: esse novo debate assenta-se em conceitos de desenvolvimento de forma holística e não apenas de crescimento.

O desenvolvimento regional, na acepção de Lopes (1984), será o fio condutor de orientação na necessidade de elaborar políticas públicas e formular planos estratégicos, levando em consideração as características que as regiões apresentam, sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas³.

Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sugerem que o desenvolvimento regional seja impulsionado por uma política de Estado juntamente com a sociedade civil organizada, tendo o planejamento como elemento chave nas proposituras das políticas regionais de desenvolvimento, levando-se em conta a sua especialidade geográfica, a pressão populacional sobre os recursos naturais, a sua organização social, as estruturas religiosas, mentais e culturais. Além disso, leva-se em conta seu processo histórico de produção e de consumo.

Atribui-se, assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento. E, como o principal centro de decisões é o Estado, atribui-se a ele um papel básico na consecução do desenvolvimento, mas, sobretudo, assevera Furtado (2009), o desenvolvimento somente se realizará se forem criadas condições para uma participação ampla das massas urbanas e rurais em seus frutos.

Nessa mesma linha, Aydalot (1985) assegura que a abordagem do desenvolvimento regional deve ser realizada por estudos empíricos, a fim de identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo, portanto, planejamento. A região tem-se definido por sua estrutura econômica; ela se caracteriza pelo maior ou menor dinamismo de crescimento. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto que regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais.

Lopes (1984) discute muito bem a problemática de conceituar e operacionalizar, no sentido de planejamento de políticas de desenvolvimento regional. De natureza conceitual há três tipos de problemas a ser considerados: i) os da consideração da variável espaço; ii) os da interdependência regional; iii) e os da abordagem pluri-

³ Pode-se entender por subdesenvolvida a região que não criou meios que permitissem transformar as suas estruturas para participar nos processos modernos de desenvolvimento urbano-industrial. Região deprimida é aquela que já teve alguma transformação, mas por hora atravessa uma fase difícil de transformação. Regiões congestionadas são aquelas que estão saturadas na utilização de seus recursos e apresentam grau demasiado de elevada concentração urbano-industrial. Para maiores detalhes, ver Lopes (1984) e Furtado (2009) no seu livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”.

disciplinares. O planejamento surge como um conjunto de ações programadas no tempo em que se busca identificar os problemas regionais. Desse modo, na problemática do desenvolvimento regional, a análise, a política e o planejamento devem ser bem demarcadas, definidas, pois o planejamento quase tende a confundir-se com o desenvolvimento regional.

North (1977) discute que o desenvolvimento regional passa no primeiro momento pela base econômica. Nessa primeira fase, o autor trata da teoria da base econômica cujo marco é o seu trabalho pioneiro de 1955.

Segundo Piffer (2009), o crescimento de uma região decorre do aumento das atividades de base econômica e, conseqüentemente, da demanda por produtos que ela oferece para fora da região. Crescendo e expandindo as atividades de base, cresce toda a economia regional.

As regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões pelos seus produtos, provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos que encaminham para alcançar o objetivo proposto.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada neste artigo foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem como fundamento a Teoria da Representação Social e seus pressupostos sociológicos de Moscovici (2009). As representações sociais caracterizam-se como sistemas de valores, ideias e práticas com a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritivas. Segundo Moscovici (2009, p. 48), o senso comum é “a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar”. Moscovici (2009) teve como base o conceito de “representação social”, da sociologia de Durkheim (2007)⁴. O resgate feito por Moscovici (2009) buscou designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais.

Ao refletirem como se realiza uma pesquisa com DSC Lefèvre e Lefèvre (2005 e 2012) dizem que o DSC é uma técnica de pesquisa qualitativa criada para fazer uma coletividade falar, como se fosse um só indivíduo. Ela constitui uma nova ferramenta para a pesquisa qualitativa e representa uma transformação na

⁴ Sobre a obra do sociólogo Émile Durkheim, consultar: “As regras do método sociológico” (2007).

qualidade, na eficiência e no alcance das pesquisas qualitativas, isso porque permite que se conheça com segurança os procedimentos científicos, em detalhe e na sua forma natural, os pensamentos, representações, crenças e valores de todo tipo e tamanho de coletividade social.

Para produzir o DSC, são necessárias três etapas, assim definidas por Lefèvre e Lefèvre (2005): 1) Expressões Chave (Ech), que são trechos selecionados do material verbal, que melhor descrevem seu conteúdo; 2) Ideias Centrais (Ics), também chamadas de categorias, são fórmulas sintéticas que melhor descrevem os sentidos do material verbal coletado e também nos conjuntos de respostas de sentido semelhante ou complementar; 3) Ancoragens (Acs), que são fórmulas sintéticas que descrevem não mais os sentidos, mas as ideologias, os valores, as crenças presentes no material verbal das respostas individuais ou nas agrupadas sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares.

Por meio dos atores-chave locais (*stakeholders*) entrevistados, buscaram-se as percepções sobre o processo de emancipação do Tocantins e seu desenvolvimento regional após a sua criação. O roteiro das entrevistas dividiu-se em três momentos. No primeiro, buscou-se rever como eram as condições sociais, políticas e econômicas do antigo norte goiano; o envolvimento da população e dos grupos políticos para emancipar o Tocantins. No segundo, analisou-se o desenvolvimento regional, após 1988, no que tange à infraestrutura, à saúde, à educação e à economia. No terceiro, ouviu-se quais as perspectivas para o Tocantins nos próximos 10 anos.

Nesta pesquisa não se utilizou técnicas probabilísticas para definir a amostra. Antes, pelo contrário, seguiu-se a metodologia das amostras intencionais que, segundo Lakatos (1989), consiste em identificar e selecionar um grupo que tenha informações necessárias ao desenvolvimento do tema.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, feita pelos próprios pesquisadores. Realizou-se efetivamente 23 entrevistas agendadas com antecedência de no mínimo 3 a 4 dias. As entrevistas foram feitas entre os meses de janeiro e março de 2015 e tiveram duração de cerca de 30 a 45 minutos. O recorte analítico completou o território do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, especificamente nos municípios de São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis; Araguaína; na região central do estado, Palmas e Porto Nacional; na região Sudeste do Tocantins: Arraiás, Divinópolis e Paranã e, por fim, no sul do estado, no município de Gurupi.

A categorização de cada questão em vários DSC teve por objetivo contemplar a amplitude das respostas. O agrupamento das Ideias Centrais dos entrevistados numa mesma categoria de uma mesma questão foi transformado em Discurso do Sujeito Coletivo.

Para construir o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) dos atores-chave entrevistados, utilizou-se do O *QualiQuantSoft*, 1.3c Build (2)⁵.

No Quadro 1 apresentam-se as três Organizações e Instituições: 1) política; 2) econômica; e 3) social, com seus respectivos representantes.

Quadro 1 Descrição dos atores políticos, econômicos e sociais entrevistados com suas respectivas organizações e instituições

Organizações	Representantes das Organizações e Instituições do território do Estado do Tocantins
Políticas	Ministério do Interior – Ex-representante
	Tribunal de Conta do Tocantins – TCE
	Ministério Público do Tocantins
	Assembleia Legislativa do Tocantins
	Associação Tocantinense dos Municípios – ATM
	Poder Judiciário
	Prefeitura Municipal
Econômicas	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE – Tocantins
	Federação da Indústria do Tocantins – FIETO
	Secretaria de planejamento e desenvolvimento econômico do Tocantins – SEPLAN- TO
	Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA
	Associação Comercial e Industrial de Araguaína – ACIARA
	Associação Comercial e Industrial de Gurupi – ACIP
Sociais	Federação dos Trabalhadores na agricultura do Tocantins – FETAET
	Universidade Estadual do Tocantins – Unitins
	Universidade Federal do Tocantins – UFT
	Associação dos Pioneiros de Araguaína - TO
	Comissão Pastoral da Terra do Tocantins
	Associação de Quebradeira de coco babaçu do Tocantins

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2015).

⁵ Patenteado pela empresa Sales e Paschal Informática, São Paulo.

A seguir apresentam-se e discutem-se os principais resultados das entrevistas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo.

Resultados e discussões

Nesta seção apresentam-se os principais resultados e discussões. Está dividida em três momentos da entrevista. No primeiro momento se fez duas indagações: 1) *Como o(a) senhor(a) avalia o processo divisão territorial do antigo norte goiano dando a criação do estado do Tocantins?* 2) *Na sua opinião: qual foi envolvimento dos grupos políticos e da comunidade para emancipar o antigo norte goiano (Tocantins)?*

A seguir, o Quadro 2 resume as categorias das respostas do primeiro momento.

Quadro 2 Resumo das categorias do primeiro momento - Questão 1

Categoria	Expressão Chave	Quantidade – resposta (%)
A	O norte de Goiás era um peso morto para o sul de Goiás	03 (13%)
B	Região de abandono	07 (31%)
C	Criação do Estado do Tocantins era uma luta secular	04 (17%)
D	Construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153)	03 (13%)
E	Criação do Estado do Tocantins foi positiva	06 (26%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na análise das respostas do primeiro momento, questão 1 (Quadro 2) chegou-se a 5 (cinco) categorias, numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas. Dos 23 entrevistados, 3 (três) (13%) que representa a categoria A disseram que o antigo norte de Goiás era um peso morto para sul de Goiás. Na categoria B, 7 (sete) entrevistados (31%) consideraram-na uma região de abandono. Na categoria C, 4 (quatro) (17%) disseram que o processo de criação do estado do Tocantins era uma luta secular⁶. Em relação aos discursos da categoria D, 3 (três) entrevistados

⁶ Luta secular se refere à luta há mais de 200 anos pela divisão e emancipação do território (Tocantins).

(13%) enfatizaram que a construção da rodovia Belém-Brasília, BR-153, impulsionou o surgimento de novas cidades à sua margem, e, conseqüentemente, a criação do estado do Tocantins. Por fim, na categoria E, 6 (seis) entrevistados (26%) disseram que a criação do estado do Tocantins foi positiva. Optou-se por apresentar e discutir apenas uma síntese de cada DSC, devido a limitação do artigo.

A seguir, apresenta-se e discute-se o DSC da Categoria A – Peso Morto:

O norte de Goiás era um peso morto para o sul de Goiás, aqui era muito atrasado, tinha muitos analfabetos, saúde precária. Naquele tempo, era considerado um peso morto essa região, porque não dava nenhum retorno político, só dava trabalho, tinha indicadores sociais precários, violência e era considerado um curral eleitoral (Atores chaves: A3; A14; A20).

Observou-se na fala dos entrevistados que o norte de Goiás, antes da divisão, era considerado um peso morto para sul de Goiás, com atraso social, econômico e com baixos indicadores na área de educação e saúde. Devido à decadência da mineração do ouro, a região foi levada a uma profunda estagnação econômica, tendo a pecuária e a economia de subsistência como principal atividade. Além do mais, essa região não dava nenhum retorno econômico, por isso a categorização de “peso morto”.

Myrdal (1968) e North (1990, 1991) enfatizam que a estrutura institucional pode aprofundar os problemas sociais já existentes. A estratificação social e desigual priva a população de sair da pobreza. O analfabetismo presente nessa região dificulta a mobilidade social e econômica.

No DSC da categoria B – Região de Abandono extraiu-se a seguinte fala:

Havia uma sensação de abandono aqui no norte de Goiás, porque nós éramos a parte pobre do estado, as reivindicações não chegavam até aqui, as decisões políticas tinham um atraso, estávamos muito longe do centro de decisões. Havia uma pobreza infinita, apenas 3% do orçamento do estado era aplicado aqui, uma região que tinha quase a metade do estado todo. Quando o governador chegava era uma festa, uma grande comitiva, a cidade até parava. A população do norte de Goiás tinha esse sentimento de exclusão. Os benefícios do Goiás aqui eram muito poucos, hospitais nós não tínhamos. O norte do Goiás era chamado de corredor da miséria. O governo de Goiás não tinha o menor olhar para esse lado, que é a margem direita do Rio Tocantins (Atores chaves: A1; A5; A7; A9; A11; A21; A23).

Pode-se perceber, analisando a narrativa acima, a sensação dos habitantes do norte de Goiás, o abandono: esta foi a palavra muito presente na fala dos entrevistados.

O Norte era chamado de corredor da miséria,⁷ havia uma pobreza infinita: esta fala vai ao encontro dos dados sobre o percentual de pessoas pobres no Tocantins. Em 1990, mais de 60% da população era considerada pobre no estado, confirmando o legado do abandono e da miséria em que o Norte foi cunhado (PNUD, 2010).

O próximo discurso, representado pela Categoria C – Luta Secular, mostra que a luta pelo desmembramento de Goiás é antiga, remonta ao século XIX. Assim, tem-se o discurso dessa categoria C – Luta Secular:

O discurso de separação do antigo norte de Goiás é antigo. Esse movimento de separação começou há mais de 200 anos. É uma luta secular. Desde a época de Teotônio, já existiam grupos separatista no norte de Goiás. O governo via o antigo norte goiano como uma área de arrecadação, porém não uma área de investimentos dos recursos que eram captados aqui. A Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte) foi muito importante na criação do Tocantins. Na década de 1970 reacende, novamente, o processo de autonomismo, até chegar a constituinte de 1988. O projeto de criação do Tocantins foi aprovado contemplando interesses dos políticos regionais. O Siqueira Campos foi o Deputado federal que levou para frente na Constituinte a proposta de divisão. O Tocantins é o único estado da história brasileira que foi criado por uma constituinte (Atores chaves: A7; A10; A12; A22).

Parte da população acreditava que a criação da Comarca do Norte retiraria a região do atraso e do abandono. Entendiam que para o norte se desenvolver era preciso desligar-se do Sul e administrar seus próprios recursos financeiros arrecadados nessa porção do estado. No DSC da Categoria D – Construção da Rodovia Belém-Brasília os entrevistados relataram os benefícios com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília, dizendo:

Mas o Norte melhorou muito depois da construção da Belém-Brasília, agora nós estamos no paraíso. Quem deu uma alavancada pra melhorar a região foi quando construiu essa BR-153, então aqui melhorou muito, criaram-se muitas cidades à margem da estrada.

Com a Belém-Brasília as cidades que estavam situadas à sua margem cresceram e se prosperaram, houve uma migração acentuada para a região central do Brasil. A criação do estado do Tocantins foi favorável para o

⁷ Sobre o corredor de miséria, ver Valente (2015).

desenvolvimento do estado, com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília.

A melhor coisa que aconteceu foi criar a Belém-Brasília, que foi o desenvolvimento, a ligação. Porque a ligação antes era o Tocantins e o Araguaia, hoje é a Belém-Brasília (Atores chaves: A2; A4; A19).

Nesse sentido, Raffestin (1993) diz que o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários e rotas aéreas. Apreende-se, assim, que a construção da BR-153 possibilitou a expansão e ocupação de novas fronteiras agrícolas na reprodução e ampliação do capital.

Na sequência apresenta-se o DSC da Categoria E – Criação do Estado do Tocantins. Na discussão desta categoria, os entrevistados evidenciaram que a emancipação do norte de Goiás foi positiva. Na primeira fala, o depoente disse que a divisão foi benéfica para o povo tocantinense, mas destaca a continuidade da classe política, considerada atrasada e concentradora:

A divisão foi benéfica para o povo tocantinense do ponto de vista de que o governo está mais próximo do povo. O lado ruim foi a continuidade dos políticos que eram atrasados, eles migraram e vieram para o Tocantins (Atores chaves: A2; A4; A8; A9; A20; A23)

Os fatores geopolíticos estão vinculados à questão de soberania nacional e disputa pelo poder local. No que diz respeito à disputa pelo poder, a criação de novos municípios está vinculada aos interesses de determinados grupos em conquistar espaço e poder por meio do controle territorial (FOUCAULT, 1985, 1987; OLIVEIRA, 2009).

Outro depoente comenta a dificuldade que sentia a população antes da divisão:

Na época do inverno era só lama. Agora com 6 horas de viagem você está em Palmas. A criação do estado do Tocantins foi bastante positiva, temos escolas, energia e asfalto, é tudo mais fácil do que nos tempos de Goiás, se a gente for comparar o esquecimento que tinha essa região, sim, melhorou muitas coisas. Criar o nosso estado foi a melhor coisa que aconteceu (Atores chaves: A10; A13; A17; A18; A21).

Percebeu-se um grande alívio na fala dos depoentes, pois, após a criação do Tocantins, possibilitou-se a construção de estradas, asfalto, escola e,

principalmente, acesso à energia e à água. A seguir apresenta-se o Quadro 3 com o resumo das categorias do primeiro momento, da questão 2.

Quadro 3 Resumo das categorias do primeiro momento - Questão 2

Categoria	Expressão Chave	Quantidade – resposta (%)
A	Interesse político	09 (39%)
B	Participação da população	07 (31%)
C	Houve pouca participação da população	03 (13%)
D	Nada a declarar	04 (17%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 3, no conjunto do material analisado das respostas do primeiro momento, da segunda questão, chegou-se a 4 (quatro) categorias. Na categoria A, 9 (nove) entrevistados (39%) disseram que houve interesse político; na categoria B, 7 (sete) (31%) que houve participação da população; na categoria C, 3 (três) (13%) que houve pouca participação da população e na categoria D, 4 (quatro) entrevistados (17%) nada declaram sobre essa questão.

Os resultados da pesquisa, junto aos *stakeholders*, apontaram que houve interesse político na criação do Tocantins, na distribuição de poder entre os novos municípios recém-criados. Antes da divisão, o norte de Goiás tinha 79 municípios e logo o estado passou a ter 139. Houve uma grande acomodação política, no sentido de empregar e contratar as pessoas que estavam naquele distrito que virou município. Assim, apresenta-se o DSC da categoria A – Interesse Político:

Depois da criação do Tocantins os municípios se multiplicaram do meu ponto de vista, muito irresponsável, para o senhor ter uma ideia, o município de Oliveira de Fátima, tinha 836 habitantes, então não tem cabimento um agrupamento de pessoas se tornar município com essa quantidade de habitante, não tem sustentação nenhuma, do ponto de vista político, foi uma irresponsabilidade (Atores chaves: A3; A5; A7; A9; A14; A16).

Nota-se no discurso da categoria A que a divisão ocorreu na construção de um novo espaço de referência para implantar a hegemonia política nesse novo território. O pensamento de Foucault (1985, 1987) auxilia para o entendimento de como se forma o poder e suas relações no território, que são sujeitos-chave, que

ordenam o território pelos seus discursos e pelos processos jurídicos e religiosos, entre outros.

Na sequência, será apresentado o DSC da categoria B – Participação da População. A fala dos atores-chave ressaltou que houve, sim, a mobilização para a criação do estado do Tocantins. A Comissão de Estudos do Norte Goiano - Conorte, por exemplo, fez um movimento para instalar bancas nas principais cidades. Para tanto, pegava o nome da pessoa, a identidade, o título de eleitor e a posição, a favor ou contra. Foram ouvidos mais de 90% dos eleitores no norte goiano. Pela fala dos depoentes, houve uma mobilização da sociedade que levou à recolocação do projeto na Constituinte de 1988. Foi por meio de uma medida popular que se iniciou a coleta das assinaturas para criação do Estado do Tocantins. A seguir, apresenta-se o DSC da categoria B - Participação da População:

Houve, isso foi uma luta de muitos anos, houve mobilização política e também da sociedade, inclusive das sociedades religiosas, a igreja católica foi muito importante nesse processo, teve uma participação muito ativa, a justiça também teve o pessoal de Porto Nacional e o Siqueira, porque o Siqueira teve grande parte nisso, ele era parlamentar em Goiânia, ele já era um político que só aparecia aqui para pedir voto, e nós criamos o Sindicato, a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura. Construímos a pastoral do lado de cá, do Tocantins, organizamos essas coisas todas, aí veio o plebiscito, e quando veio todo mundo votou para que fosse dividido (Atores chaves: A2; A8; A9; A15; A22; A23).

Nota-se que houve, pelo discurso dos depoentes, um plebiscito no estado para saber a opinião pública, se a maioria queria ou não a criação do estado do Tocantins. Então, a resposta foi afirmativa. A consulta popular no movimento da criação do estado foi muito forte e todo tocantinense fez parte dessa luta.

No entanto, para a categoria C, o discurso produzido foi o de que houve pouca participação da população. Não houve um grande debate, houve uma precipitação na separação do estado, a Assembleia Constituinte naquele momento precipitou-se, foi mais ou menos isso que aconteceu: você dorme em Goiás e acorda no Tocantins. A preocupação era que o norte de Goiás não tinha uma infraestrutura adequada para criar um novo estado. Recebeu-se primeiro a ideia e depois a sociedade foi se preparar para montar toda infraestrutura. Deve haver um amplo debate na construção de novas formas de gestão, que melhore a governança, e só teremos isso pelo processo educacional, agora, havia a necessidade de criar o estado do Tocantins, sem sombra de dúvida.

Nesse sentido, Williamson (1996) e Dallabrida (2011) reforçam o papel das organizações no controle ao dizer que governança é um conjunto de instituições

inter-relacionadas, com a capacidade de garantir a integridade de uma gestão. Dessa forma, a governança trata da justiça, da transparência e da responsabilidade dos gestores no trato de questões que envolvem os interesses da sociedade e de seus cidadãos.

No segundo momento, analisou-se o desenvolvimento regional após 1989. Para tanto, abordou-se as seguintes questões: 1) *na sua opinião: o(a) senhor(a) acha que após a criação do estado do Tocantins houve desenvolvimento social e econômico para a população do Tocantins?* 2) *houve investimentos em infraestrutura básica no Tocantins?* 3) *o(a) senhor (a) acha que houve avanços na área da educação, saúde e segurança para a população do estado?* A seguir, discute-se o segundo momento da entrevista e o Quadro 4 resume as categorias elencadas.

Quadro 4 Resumo das categorias do segundo momento

Categoria	Expressão Chave	Quantidade – resposta (%)
A	Investimento em infraestrutura	06 (26%)
B	Desenvolvimento a partir da conjuntura política	05 (22%)
C	Crescimento e desenvolvimento	10 (43%)
D	Agricultura familiar	02 (9%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No conjunto do material analisado das respostas do segundo momento, chegou-se a 4 (quatro) categorias numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas, que ficou assim definida (Quadro 4). Dos 23 entrevistados na categoria A, 6 (seis) (26%) disseram que houve investimento em infraestrutura. Na categoria B, 5 (cinco) (22%) disseram que houve desenvolvimento a partir da conjuntura política. Na categoria C, 10 (dez) (43%) disseram que houve tanto crescimento quanto desenvolvimento. Na categoria D, 2 (9%) entenderam que o desenvolvimento regional do Tocantins deveria priorizar a agricultura familiar.

Os resultados da pesquisa, junto aos *stakeholders*, sobre a categoria A – Investimento em Infraestrutura ressaltou que, após a criação do Tocantins, em 1989, não havia um planejamento definido, apenas planos de governo. Nesse período, houve uma ampla discussão do que se pretendia para o Tocantins nos próximos vinte anos. Tudo que foi discutido naquela época acabou acontecendo ao longo do tempo, mesmo com mudanças de governo, começando pela infraestrutura viária, rodovias, energia, ferrovia e hidrovia, pela posição estratégica de localização que tem o estado.

Os *stakeholders* destacaram o papel da Ferrovia Norte-Sul no processo de desenvolvimento regional que será excelente aporte para o escoamento da produção; com isso irá impulsionar ainda mais a economia da Região Norte. A conclusão da Ferrovia Norte-Sul (FNS) trará uma dinâmica econômica para os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, e impulsionará a criação de parques agroindustriais e também uma integração com as demais regiões do país. O estado do Tocantins nasceu sustentado pelo discurso e viabilidade da FNS para o desenvolvimento regional, mas os trilhos só chegaram no território tocantinense no início do século XXI.

Em relação às áreas de saúde e educação, os resultados dos discursos dos atores-chave disseram que houve melhoria e houve avanços. Foram destacados, nesse sentido, a criação do centro cardíaco em Palmas, a capital do Estado e clínicas especializadas. A criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), juntamente com a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e a Universidade Católica do Tocantins. Essas conquistas melhoraram o acesso ao ensino e a formação superior. Essa base de estrutura do saber e do conhecimento, bem como da saúde e da segurança tende a promover o desenvolvimento social e econômico dos municípios, implicando numa melhora da qualidade de vida e bem-estar. Na questão da segurança pública, os entrevistados consideram um estado tranquilo, sem grande violência, como se assiste nos noticiários.

A seguir, apresentou-se o DSC da categoria B – Conjuntura Política. Em relação a conjuntura política do estado após a sua criação em 1989, os entrevistados destacaram que todas as ações do estado se voltaram para Palmas, capital, e pouco para os demais municípios. Começaram a vir para Palmas todos os ex-prefeitos, vereadores e o Estado ficou “largado” por um bom tempo. Houve uma disputa política muito grande e pouca preocupação com desenvolvimento econômico e social nos municípios do Tocantins. No DSC sobre a conjuntura política, apresenta-se a preocupação do depoente em relação às prefeituras dos municípios do estado:

Os municípios pobres não crescem, não tem empresa para gerar emprego, o comércio não vende, fica tudo parado, isso acaba chegando às prefeituras pedindo ajuda, passagem e emprego, o que acontece: as prefeituras não tem custeio para atender essas solicitações. “Hoje todas as prefeituras do estado estão inchadas de gente que não cabe mais”. Temos municípios com boas escolas e unidades de saúde, mas sem condição de bancar. Por quê? Falta dinheiro em caixa, o custeio (Atores-chaves: A5; A7; A10; A19; A20).

O grande empregador no interior do estado é o poder público municipal, com baixa qualificação e com uma economia de subsistência.

No DSC da categoria C sobre o crescimento e desenvolvimento do Tocantins, os depoentes salientaram sobre as condições do crescimento da economia do Tocantins e do desenvolvimento social e econômico após sua criação em 1989. Ressaltaram a crescente participação das indústrias de transformação que estão se instalando com o advento da infraestrutura e posição logística que o estado possui.

Alguns depoentes consideraram que a economia do Tocantins, uma economia em maturação, precisa ser revitalizada. Os grandes mercados nacionais, que estão no Sudeste, estão distantes. Por isso, é preciso que se viabilizem os modais. O estado possui a hidrovia, a ferrovia, a rodovia, mas é necessário que os coloquem em contato, permitindo que recebam os insumos daqui, processando-os, agregando valor e exportando os produtos para mercados nacional e internacional. O estado tem potencial na produção da soja, do minério, do calcário, no processamento e na industrialização da carne bovina e frangos. Isso certamente poderá trazer novos rumos para o a economia do Tocantins.

A seguir, é apresentado o DSC sobre desenvolvimento no Tocantins, os entrevistados (*stakeholders*) valorizaram:

Desenvolvimento para nós aqui é a nossa felicidade, viver na nossa casa tranquilo, trabalhando e tendo o que comer, tendo uma vida com saúde, escola para nossos filhos. Em vez de buscar desenvolvimento lá na cidade, buscar desenvolvimento aqui. Eu tenho fé nessa juventude que tá ai, se tiver alguém que incentive eles a estudar, eu tenho (Atores chaves: A2; A3; A21; A23).

Quando se trata do termo desenvolvimento, é difícil chegar a um consenso. Para uns é a felicidade, para outros, é o bem-estar social, e ainda para outros é ter acesso aos bens materiais. Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sustentam a ideia de que desenvolvimento deve ser visto de forma holística e não apenas na forma de crescimento econômico, ou seja, apenas na quantidade do PIB.

Na questão do desenvolvimento, os entrevistados destacaram o papel das universidades na qualificação e na formação tanto na mão de obra para o mercado, quanto na formação de sua cidadania.

O DSC extraído do segundo momento da entrevista, a categoria D – sobre a agricultura familiar – ressaltou que falta apoio para o pequeno produtor, para a agricultura familiar. No entanto, disseram que o governo federal tem políticas de desenvolvimento para os estados e municípios, mas as organizações são frágeis, a população não sabe dessas políticas, por exemplo, o depoente ressaltou que existem vários maquinários do PAC 2, o Terra Forte do estado do Tocantins, que é o programa que entrega um trator para cada município. Em alguns municípios não existe um planejamento para dar suporte ao pequeno agricultor para ter

acesso a esse trator, porque precisa de combustível e isso o pequeno produtor não tem.

A seguir, apresenta-se o DSC sobre a agricultura familiar:

Houve desenvolvimento para o grande produtor de soja, de milho, para a pecuária de corte, e não houve políticas públicas direcionadas para o pequeno produtor, e falta assistência técnica nos assentamentos, a maioria não consegue dar continuidade nos assentamentos por falta de assistência técnica. Para o projeto da soja aí tem incentivo fiscal, desde o processo de desapropriação do camponês para beneficiar o grande produtor de soja (A2; A18; A20).

Segundo esse ator-chave o grande produtor tem acesso ao crédito com maior facilidade, tendo em vista que produzem *commodities* para exportação; para o pequeno produtor, apenas poucos recursos. Nesse sentido, North (1977) traz a contribuição para este estudo quando argumenta que o dinamismo da base de manutenção é super especialização, pois não consegue fazer a diversificação ou difusão para outros ramos de atividades.

No terceiro momento, analisou-se a perspectiva para o estado do Tocantins. Para tanto, definiu-se a seguinte questão: *1) na sua opinião, quais são as perspectivas para o Tocantins daqui a 10 anos?* O Quadro 5 elenca o resumo das categorias do terceiro momento.

Quadro 5 Resumo das categorias do terceiro momento

Categoria	Expressão Chave	Quantidade – resposta (%)
A	Perspectivas positivas	07 (31%)
B	Perspectivas incertas	09 (39%)
C	Desafios a serem superados	07 (30%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No conjunto do material analisado chegou-se à 3 (três) categorias, numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas, que ficaram assim distribuídas (Quadro 5): dos 23 entrevistados na categoria A 7 (sete) (31%) têm perspectivas positivas; na categoria B, 9 (nove) (39%) têm perspectivas incertas e na categoria C, 7 (sete) (30%) disseram que o estado tem desafios a serem superados.

Os resultados da pesquisa, junto aos *stakeholders* indicam que, na categoria A, têm boas perspectivas futuras para o Tocantins. Acredita-se que os próximos governantes possam ser políticos mais qualificados. Por questões políticas atrasa-se o desenvolvimento do estado e do país.

A seguir, apresenta-se o DSC da categoria A – Perspectiva Positiva:

Eu vejo que o Tocantins nos próximos dez anos ele dobra. Nós somos a bola da vez, eu acredito que o Sudeste, o Sul, é rico, é forte, quem somos nós pra comparar. Nós representamos 0,6% do PIB, nós podemos ser 1,2%. Então nós vamos crescer dessa forma. O que nós crescermos, o que nós dobrarmos não chega perto do que eles são. Mas nós temos condição, então eu vejo que o Tocantins tem condição de dobrar a sua produção (Atores chaves: A1; A6; A7; A9; A13; A17; A19).

Percebeu-se o otimismo desse depoente: o estado representa apenas 0,6% do PIB nacional e 8,3% da Região Norte. Ele ressalta que melhorou muito o apoio e os incentivos ao empresariado do Tocantins, por parte das organizações do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e da Federação da Indústria do Estado do Tocantins - FIEETO. Ele acredita muito na expansão do agronegócio, principalmente na produção de soja e na logística que o estado possui. Segundo ele, o processo de desenvolvimento daqui para frente vai ser irreversível.

O discurso sobre a expansão do agronegócio no Tocantins vai ao encontro dos dados apresentados pela Conab (2014), em que a região do Matopiba (região de interface entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) produziu cerca de 3,5 milhões de toneladas de grãos, sendo a soja com 2,2 milhões de toneladas produzidas na safra de 2013/2014.

Os *stakeholders* ressaltaram que o estado é rico em recursos naturais, minério, água, fertilidade do solo e está localizado no centro do Brasil, posição estratégica no escoamento e recebimento da produção para o mercado interno e externo. O Tocantins é o entroncamento da região sul, sudeste, norte e nordeste, tudo e todos precisam se convergir para cá, assim como antes se convergiam para o triângulo mineiro.

Na análise do DSC da categoria B – Perspectiva Incerta, os entrevistados tiveram uma perspectiva incerta quanto ao futuro do estado, isto é, não tão boa quanto a primeira categoria. Mostraram-se insatisfeitos com a condução da gestão pública tanto estadual quanto municipal, pois, segundo eles, há grande dificuldade de haver uma transformação, haja vista que a questão política permanece conservadora.

Segundo a visão dos entrevistados, é preciso que os gestores tenham perfil ético, social, conhecimento em legislação e capacidade de captar recursos para promover o desenvolvimento. Tem-se uma crise financeira no estado; há distorções que pressionam o orçamento estadual, dificultando a implementação de um programa com recursos próprios na promoção do desenvolvimento nos próximos 10 anos.

Eles não acreditam que o setor industrial vai se expandir; contudo pode haver pequena agregação de valor na produção agropecuária, na extração de minério e calcário, industrialização de frutas e indústria de couro, ou seja, indústria básica.

A economia do território do Tocantins está vinculada a uma base da agropecuária, todavia, isso não se reflete em todo território, pois muitos dos municípios têm sua economia em torno da transferência de renda do Governo Federal, via Bolsa Família, com muita precariedade na aquisição de bens e serviços e consumo restrito aos bens de subsistência.

Por fim, apresenta-se o discurso da categoria C sobre os desafios a serem superados pelo estado do Tocantins e de destacar alguns desafios a serem superados pela sociedade tocantinense. Disseram que a máquina pública absorve grande parte dos recursos financeiros da economia tocantinense. Há uma grande dependência do poder público estadual e municipal na geração de emprego e renda.

A seguir, é apresentado o DSC C sobre os desafios a serem superados sobre a gestão pública:

Nós precisamos, na realidade, encontrar uma forma de gestão pública mais séria. O grande gargalo que nós temos com a criação do Tocantins, infelizmente é um mal nacional, é a falta de seriedade dos gestores públicos (Atores chaves: A1; A3; A8; A10; A14; A23)

Na fala desse discurso, nota-se a insatisfação da gestão pública não só no Tocantins, mas no Brasil. Para esse entrevistado, o grande desafio passa pela reformulação e seriedade dos políticos na administração dos bens públicos.

Alguns desafios na área da indústria de transformação são destacados na fala dos *stakeholders*, a exemplo da elevada carga tributária no estado e no Brasil; dificuldade de se contratar mão de obra qualificada; competição acirrada de mercado, reflexo dos produtos importados de baixo nível de competitividade; baixa agregação de valor nos produtos do Tocantins; endividamento das famílias tocantinenses; preço elevado das matérias primas e financiamento de longo prazo. Outro desafio destacado pelos *stakeholders* foi a questão da pobreza no estado, dizendo que quase a metade da população sobrevive com até um salário mínimo de renda, isso significa que o estado tem uma economia fraca no poder de consumo. Nesse caso, o Estado deve nortear e dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios,

principalmente nas camadas mais pobres da população, isso é, projetos produtivos de pequenas escalas que incorporam essa camada mais pobre nas atividades econômicas e que as insiram na economia formal e no consumo.

Nessa posição dos atores-chave ficam evidenciadas algumas respostas no sentido de elaborar algumas políticas públicas: como diagnósticos das potencialidades locais e suas atividades atrativas, bem como expandir sua economia local, via cursos profissionalizantes, incentivando a participação da população junto às decisões dos gestores locais, fomentar o microcrédito para pequenos negócios, gerar emprego para uma grande massa de pessoas não qualificadas.

Além disso, poder-se-ia apoiar o desenvolvimento de uma infraestrutura básica no setor do turismo, aquecer a economia local na época de festival de praia, fortalecer a infraestrutura no distrito de Taquaruçu, no Parque Nacional do Jalapão, em que as demandas vão desde caixa eletrônicos e restaurantes a pousadas e hotéis, entres outros.

No pensamento dos atores-chave, os desafios a serem superados passam pela questão do planejamento estratégico do território tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, como a participação da sociedade e das organizações. Desse modo, é possível construir e desenvolver um projeto sustentável, mas equitativo a médio e a longo prazo, para a população dos municípios tocantinenses, principalmente aos municípios que estão afastados das rodovias, em especial a BR-153, que constitui o principal corredor de bens e serviços. Esses municípios precisam da matriz institucional e da governança para o empoderamento e liberdade de escolhas locais.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos atores-chave (*Stakeholders*) sobre o processo de criação e emancipação do território do estado do Tocantins na construção do processo de desenvolvimento regional. O método de análise foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As vozes do discurso do sujeito coletivo têm como característica os representantes das instituições e organizações social, econômica e política do Tocantins, enquanto os conceitos de território e desenvolvimento regional se sustentam como aporte teórico.

O roteiro das entrevistas dividiu-se em três momentos. O primeiro buscou rever como eram as condições sociais, políticas e econômicas do antigo norte goiano; o envolvimento da população e grupos políticos para emancipar o Tocantins. No segundo, buscou-se analisar o desenvolvimento regional, após 1988, no que tange à infraestrutura, à saúde, à educação e à economia. No terceiro, buscou-se ouvir quais as perspectivas para o Tocantins nos próximos 10 anos.

Para os atores-chave o antigo norte de Goiás era um peso morto para sul, o norte era considerado uma região de abandono e o processo de criação do estado do Tocantins foi uma luta secular que durou mais de 200 anos. Todo o esforço separatista acabou concretizando-se na Assembleia Constituinte de 1988, cujo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal criou o Estado do Tocantins, desmembrando-o do Estado de Goiás.

A segunda questão do primeiro momento tratou do envolvimento dos grupos políticos e da comunidade para emancipar o Tocantins. Os resultados da pesquisa, junto aos *stakeholders*, apontaram que houve interesse político na criação do Tocantins e distribuição de poder entre os novos municípios recém-criados. Antes da divisão, o norte de Goiás tinha 79 municípios e logo o estado passou a ter 139.

No segundo momento, analisou-se o desenvolvimento regional após 1989. Os *stakeholders* destacaram o papel da Ferrovia Norte-Sul no processo de desenvolvimento regional, que será excelente aporte para o escoamento da produção e, com isso, irá impulsionar ainda mais a economia da Região Norte.

Em relação às áreas de saúde e educação, os resultados dos discursos dos atores-chave disseram que houve melhoria e houve avanços. Destaca-se, nesse sentido, a criação do centro cardíaco em Palmas, a capital do Estado, e clínicas especializadas na área da saúde. A criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), juntamente com a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e a Universidade Católica do Tocantins. Essas conquistas melhoraram o acesso ao ensino superior.

No terceiro, ouviram-se quais as perspectivas para o Tocantins nos próximos 10 anos. As respostas dividiram-se em: perspectivas positivas; incerteza e desafios a serem superados. Quanto aos desafios a serem superados destaca-se a pobreza no estado, porque quase a metade da população sobrevive com até um salário mínimo de renda, isso significa que o estado tem uma economia fraca no poder de consumo.

Nesse caso, o Estado deve nortear e dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios, principalmente nas camadas mais pobres da população. Os gestores locais devem fazer uma audiência pública, ouvindo as demandas locais e regionais pra formular políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades locais. Deve-se, também, fomentar o microcrédito para pequenos negócios.

No pensamento dos atores-chave, os desafios a serem superados passam pela questão do planejamento estratégico do território tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, como a participação da sociedade e das organizações.

Conclui-se, portanto, que após sua criação, em 1989, o Estado do Tocantins proporcionou acesso aos bens e serviços para sua população, como: educação,

saúde, transporte, moradia e emprego, uma condição melhor do que era no passado. O Tocantins se encontra num processo de crescimento e desenvolvimento social, político e econômico, no entanto, tem um longo caminho a percorrer.

Sugere-se para futuras pesquisas a elaboração de um indicador de desenvolvimento regional, com dimensões sociais, econômicas, institucionais e ambientais para quantificar tanto seu crescimento quanto seu desenvolvimento social e econômico.

Referências

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec; Recife, IPESP, 1995.

AYDALOT, P. **Économie régionale et urbaine**. Paris: Economica, 1985.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Levantamentos de safras, 2013-2014**. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=/>>. Acesso em: 18 mai. de 2015.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes. 2007 (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985. 145p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009. 234p.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S., SAQUET, M. A. (Orgs.), **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**, 2. ed, 2. impressão, São Paulo: Contexto, 2009. 186 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980 a 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid; Alianza, 1989.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 97 p.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualitativo. Brasília: Líber Livro Editora, 2012. 249 p.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento Regional**: problemática, teoria e modelos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984. p. 2-35.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, D. C. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE –MINTER, p. 333-343, 1977.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**. v. 5. n. 1. p. 97-112, 1991.

OLIVEIRA, J. M. M. As mudanças no perfil do eleitorado brasileiro. In: PEREIRA, Z. (Org.) **Ensaio contemporâneos sobre o Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2009.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 167f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**, 2010. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem: (antropogeografia). In: MORAES, A. C. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, E.S. **Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 (Tese de Livre Docência).

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**, Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VALENTE, A. L. E. F. O “Corredor da miséria” e a Reforma Agrária: o nordeste goiano e seus viventes. In: 53º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

WILLIAMSON, O. **The mechanism of governance**. New York: Oxford University Press, 1996. 429p.

Endereço para correspondência:

Nilton Marques Oliveira – niltonmarques@uft.edu.br
Avenida NS-15, Quadra 109 Norte
77.001-090 Palmas/TO, Brasil

Moacir Piffer – mopiffer@yahoo.com.br
Rua da Faculdade, 645 - Jardim La Salle
85.903-000 Toledo/PR, Brasil

Udo Strassburg – udo.strassburg@unioeste.br
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário
85.819-110 Cascavel/PR, Brasil